VIVIANE GIRARDI

**A problemática dos lucros ilícitos no sistema legal brasileiro:
o lucro da intervenção**

Tese de Doutorado

**Orientadora: Professora Titular Doutora
Teresa Ancona Lopez**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

VIVIANE GIRARDI

**A problemática dos lucros ilícitos no sistema legal brasileiro:
o lucro da intervenção**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração de Direito Civil, sob orientação da Professora Titular Doutora Teresa Ancona Lopez.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Girardi, Viviane.

A problemática dos lucros ilícitos no sistema legal brasileiro: o lucro da intervenção / Viviane Girardi – São Paulo : USP / Faculdade de Direito, 2019. 182 p.

Orientadora Professora Titular Dra. Teresa Ancona Lopez

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

1.Direito civil. 2. Ato ilícito. 3. Lucros. 4. Lucro da intervenção. I. Lopez, Teresa Ancona orient. II. Título.

Banca Examinadora:

Professora Orientadora: Teresa Ancona Lopez

Prof. Examinador:

Prof. Examinador:

Prof. Examinador:

Prof. Examinador:

*Aos meus pais, Marcelino e Elidia,
por tudo, sempre.*

AGRADECIMENTOS

Em que pesem as horas solitárias da escrita, uma tese não se faz só. Por isso, registro meus agradecimentos às pessoas que contribuíram para essa pesquisa.

Minha profunda gratidão à minha orientadora, Professora Titular Dra. Teresa Ancona Lopez, por ter me recebido, e, mais do que isso, me acolhido na academia paulista. Com ela aprendi tudo o que sei sobre a responsabilidade civil. Obrigada, professora.

Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo e ao seu corpo docente, pela oportunidade do aprendizado e da pesquisa, no ensino público e gratuito de excelência, como desejaria que fosse a educação do país.

Ao Ministro e meu eterno mestre, Prof. Dr. Luiz Edson Fachin, a quem devo o amor à vida acadêmica e o constante incentivo que me fez chegar até aqui. Com ele, mais do que o Direito, aprendi os valores da crítica construtiva, da solidariedade e do saber compartilhado.

Não posso deixar de registrar meus agradecimentos ao Prof. Dr. Gustavo José Mendes Tepedino, afinal, das conversas sobre o Direito surgiu o tema da tese.

Ao Prof. Dr. João Ricardo Brandão Aguirre, que, num momento extremamente difícil desse percurso, estendeu-me sua mão generosa e me permitiu prosseguir. E à minha colega do escritório, advogada brilhante, Luana Maniero Moreira, por compreender minhas ausências. A vocês dois eu devo muito.

Agradeço também à Isabella Silveira Castro, que foi primordial no auxílio com o material e jurisprudência. Nela, tão jovem, já se nota o talento para o ensino e a pesquisa. Da mesma forma, agradeço à Maici Barboza dos Santos Colombo, que dá passos firmes na docência. E jamais deixaria de agradecer à Roseli Carlos Pinto, que me socorreu com extremo profissionalismo na revisão das normas.

À minha amiga Daniele Chaves Teixeira, que “adotou” o Matheus para que eu pudesse finalizar a tese. Só ela faria isso. Ao meu amado Matheus, que, com bom humor, ouviu todos os meus “nãos”, e ao Luís Antonio Campos de Toledo, por me fazer perceber as razões de tudo.

“This Court never allows a man to make profit by wrong”
(Lord Hatherly *in* Jegon v Vivian (1870–1871), *Law Reports*
Chancery Appeal Cases VI, 742 (761)).

RESUMO

A tese investiga a alocação dos lucros oriundos do ato ilícito, modalidade de lucro da intervenção, no âmbito da responsabilidade civil. Levanta o tema de os lucros oriundos da lesão serem um problema sem adequada solução nos sistemas jurídicos da *common law* e da *civil law*. Traz breve consideração a respeito de como o assunto tem sido tratado em alguns países europeus de matriz jurídica romano-germânica e no ordenamento jurídico da Inglaterra e do País de Gales. Identifica, assim, os possíveis mecanismos utilizados por esses sistemas legais para a tratativa das vantagens econômicas oriundas da intervenção em patrimônio alheio. Refere que o lucro da intervenção pode ocorrer em diversas situações, e não necessariamente na presença de um dano ao titular do bem lesado. No cenário do direito brasileiro, localiza a problemática precisamente nos lucros oriundos do ato ilícito e, portanto, decorrentes de um dano ao patrimônio alheio. Aponta que os lucros ilícitos, modalidade de intervenção em bem alheio, têm *locus* privilegiado na lesão aos bens jurídicos não patrimoniais, mais especificamente na violação aos direitos de personalidade, entendidos como expressão jurídica da dignidade da pessoa humana. Atesta que isso ocorre em face da dificuldade da quantificação da lesão a bens não patrimoniais por não possuírem equivalência monetária. Analisa a possibilidade de desvinculação da indenização ao princípio da reparação integral do lesado por meio da norma do parágrafo único do artigo 944 do Código Civil. Indica, ainda, a possibilidade de essa norma legal, flexibilizada pela jurisprudência, servir de permissivo para a vinculação de indenização com finalidade punitiva. Aponta que, no direito brasileiro, os lucros oriundos do ato ilícito têm sido tratados como um critério da quantificação do dano extrapatrimonial, e não como uma consequência da lesão. Por fim, indica a perspectiva de o assunto ser tratado no contexto da responsabilidade civil, como um dever de reparar, e não de restituir. Indica, como suporte teórico para isso, a doutrina portuguesa, que defende a possibilidade da conceituação dos lucros ilícitos como um dano não patrimonial, e a doutrina italiana, que defende o uso da função *deterrence* da responsabilidade civil como um remédio apto à remoção dos lucros ilícitos do patrimônio do agente ofensor.

Palavras-chaves: Lucros oriundos do ato ilícito; Lucro da intervenção; Bem extrapatrimonial; Dano moral; Quantificação do dano extrapatrimonial; Responsabilidade civil; Danos punitivos; Função *deterrence*; Função preventiva.

ABSTRACT

The thesis investigates the allocation of profits derived from illegal act, the intervention's profit modality, in the scope of civil liability. It raises the issue that the profits from the injury are a problem without adequate solution in common law and civil law legal systems. It gives a brief consideration about how the matter has been dealt with in some European countries with Roman-German juridical matrix and in legal order of England and Wales. Thus, it identifies the possible mechanisms used by these legal systems to deal with economic advantages arising from intervention in other assets. It states that profit from intervention can occur in several situations, not necessarily in the presence of damage to the owner of the injured property. In Brazilian law scenario, it locates the issue precisely in profits derived from illicit act and, therefore, resulting from an injury to the property of others. It points out that illicit profits, a form of intervention in the interests of others, have privileged locus in the injury to non-patrimonial legal goods, more specifically in the violation of the rights of personality, understood as a legal expression of the dignity of human person. It claims that this occurs in the face of the difficulty of quantifying the lesion to non-patrimonial assets because they do not have monetary equivalence. It analyzes the possibility of untying the indemnity to the principle of full compensation of the injured by means of the norm of the single paragraph of article 944 of Civil Code. It also indicates the possibility of this legal norm, made more flexible by jurisprudence, to serve as a permissive for the attachment of indemnification with a punitive purpose. It points out that, under Brazilian law, profits derived from the wrongdoing have been treated as a criterion for quantifying extra patrimonial damage, not as a consequence of the injury. Finally, it indicates the prospect of the matter being dealt with in the context of civil liability, as a duty to repair, not to restitute. It indicates, as a theoretical support for this, the Portuguese doctrine, which defends the possibility of the conceptualization of illicit profits as a non-patrimonial damage, and Italian doctrine, that defends the use of *deterrence* function of civil liability as a remedy apt for the removal of the profits of the offender's assets.

Keywords: Profits arising from illegal act; Profit from intervention; Extra patrimonial assets; Moral damage; Quantification of extra patrimonial damages; Civil responsibility; Punitive damages; *Deterrence* function; Preventive function.

RIASSUNTO

La tesi studia l'allocazione di guadagni provenienti da atto illecito, modalità di guadagno dell'intervento, nell'ambito della responsabilità civile. Propone una tematica secondo la quale i guadagni provenienti da lesione costituiscono un problema che non trova una soluzione adeguata nei sistemi giuridici della *common law* e della *civil law*. Svolge brevi considerazioni sul modo di trattare l'argomento in alcuni paesi europei di matrice giuridica romano-germanica e nell'ordinamento giuridico dell'Inghilterra e del Paese di Galles. Indica così i possibili meccanismi utilizzati da questi sistemi legali per trattare dei vantaggi economici provenienti dall'intervento nel patrimonio altrui. Afferma che il guadagno dell'intervento può avvenire in diverse situazioni e non è dovuto necessariamente alla presenza di un danno recato al titolare del bene oggetto di lesione. Nell'ambito del diritto brasiliano la tesi specifica la problematica precisamente in rapporto ai guadagni che hanno origine da un atto illecito e che sono quindi provenienti da un danno recato al patrimonio altrui. Considera che i guadagni illeciti, modalità di intervento nel patrimonio altrui, hanno *locus* privilegiato nella lesione contro i beni giuridici non patrimoniali, specialmente nella violazione dei diritti della personalità, intesi come espressione giuridica della dignità della persona umana. Dimostra inoltre che questo avviene a causa della difficoltà di quantificare la lesione dei beni non patrimoniali dato che essi non hanno una equivalenza monetaria. Analizza la possibilità di separare l'indennizzo dal principio della riparazione integrale della persona lesa mediante la norma del comma unico dell'articolo 944 del Codice Civile. Indica, altresì, la possibilità che questa norma legale, resa flessibile dalla giurisprudenza, serva come permissivo per il vincolo fra indennizzo e finalità punitiva. Mostra che, nel diritto brasiliano, i guadagni provenienti da atto illecito sono stati trattati come un criterio per quantificare il danno extrapatrimoniale e non come una conseguenza della lesione. Infine, indica una prospettiva secondo la quale l'argomento può essere trattato nel contesto della responsabilità civile, come dovere di riparare e non di restituire. Raccomanda come base teorica la dottrina portoghese, che difende la possibilità di concepire i lucri illeciti come danno non patrimoniale, e la dottrina italiana, che difende l'uso della funzione *deterrence* della responsabilità civile come un rimedio atto a rimuovere i guadagni illeciti dal patrimonio dell'agente agente offensore.

Parole chiave: Guadagni provenienti da atto illecito; Guadagno dell'intervento; Bene extrapatrimoniale; Danno morale; Quantificazione del danno extrapatrimoniale; Responsabilità civile; Danni punitivi; Funzione *deterrence*; Funzione preventiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. A RESPONSABILIDADE CIVIL: TRANSFORMAÇÕES	27
1.1 O paradigma do ilícito civil e a cláusula geral de reparação.....	30
1.2 O sistema da responsabilidade civil no ordenamento brasileiro	38
2. A LESÃO LUCRATIVA: O PROBLEMA PARA O DIREITO	43
3. AS SOLUÇÕES NO CONTEXTO DO DIREITO COMPARADO	49
3.1 No sistema legal suíço.....	50
3.2 No sistema legal alemão.....	52
3.3 No sistema legal francês.....	60
3.4 No sistema legal italiano	64
3.5 No sistema legal português	67
3.6 No sistema legal espanhol.....	72
3.7 No sistema da Inglaterra e País de Gales	77
4. DO DANO MORAL AO DANO EXTRAPATRIMONIAL	88
4.1 O problema da quantificação da lesão	98
4.2 O juízo de equidade para a quantificação do dano extrapatrimonial	114
5. A POSSIBILIDADE DO DESATRELAMENTO DA INDENIZAÇÃO À REPARAÇÃO INTEGRAL DA VÍTIMA	122
5.1 A culpa como medida da quantificação: porta para os danos punitivos?	127
6. OS LUCROS DA LESÃO COMO MEDIDA DO DANO E CRITÉRIO DE PUNIÇÃO	131
6.1 Os microssistemas e a vinculação de “lucro com dano”	134
7. UMA PERSPECTIVA PARA OS LUCROS DA LESÃO	145
7.1 Bens jurídicos e os interesses merecedores de tutela	145
7.2 Os lucros da lesão: dever de reparar ou restituir	149
CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS.....	171

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem, no seu desenvolvimento tecnológico e no paradigma da virtualidade, a nova realidade do cotidiano. Tanto os atos sociais como o comportamento humano vêm sendo modelados segundo esses fatores, que impactam nas estruturas do direito erigidas como mecanismos de solução de problemas e de regulação da vida social.

É na ciência do direito que a sociedade deposita as expectativas de remoção das injustiças, conferindo ao Estado, por meio do pacto social, o poder para regulação da vida social. Por sua vez, o Estado encontra no direito os limites do uso da força e também a legitimação para a aplicação da sanção, seja ela no âmbito das relações entre os particulares ou na relação do cidadão com Poder Público. Sendo assim, é imprescindível que o Direito, como o legítimo regulador dessas relações, tenha nas soluções propostas o reconhecimento social da eficácia do sistema legal, ou, dito de outra forma: a sociedade precisa reconhecer que o ordenamento jurídico é apto a promover a justiça no caso concreto.

Nesse contexto, o instituto da responsabilidade civil, a quem é tributada a tarefa de solucionar a problemática dos danos, mantém-se em constante revisitação crítica, a fim de dar conta do cenário potencialmente lesivo da vida contemporânea.

Desde a Roma antiga, a responsabilidade civil vem se desenvolvendo para cuidar dos danos. Dependendo do estágio social, ela volta a sua carga de atenção para determinados elementos estruturais, com o fito de abarcar a realidade e remover a injustiça do dano. Assim, se antes era a conduta do agente o norte da imputação da responsabilidade, recentemente é na reparação integral da vítima que está o foco de preocupação da responsabilidade civil. E as transformações se passam tanto pela sensibilidade social quanto pelo esforço da doutrina em buscar soluções hermenêuticas atentas ao fato social. Por isso, a responsabilidade civil, como categoria jurídica, assim como os elementos da sua estrutura, recebe gradações valorativas por parte do direito segundo as necessidades da tensão entre fato social e direito. Essa constatação pode ser sentida tanto na mudança do eixo do ofensor (intenção) para a vítima (reparação) quanto na evolução dos demais elementos. O nexo de causalidade é, por exemplo, terreno fértil no qual, em virtude das diversas formulações doutrinárias possíveis de ser contempladas na *fattispecie*, pode constar esse esforço de ressignificação, a fim de

manter o instituto da responsabilidade civil performado para dar conta da realidade. E, mais contemporaneamente, é no campo destinado às funções da responsabilidade civil que se tem desenvolvido o arcabouço de soluções necessárias à vitalidade da responsabilidade civil. E consenso que é a função preventiva mais que a reparatória que se deve desenvolver no contexto do instituto.

Tal entendimento decorre de diversos fatores direta ou indiretamente ligados à ocorrência de danos aos bens juridicamente protegidos. Alguns desses fatores dizem respeito à ressignificação da pessoa para o sistema jurídico e a formulação, cada vez mais consistente, a respeito da teoria dos direitos de personalidade. Outro aspecto de revelo é a constatação da necessidade de sustentabilidade de alguns bens jurídicos, muito especialmente direitos difusos e coletivos ligados ao meio ambiente, que, por sua essencialidade à vida humana e natureza complexa, têm sua titularidade igualmente voltada para as próximas gerações. Tais bens, por sua característica não patrimonial, e, portanto, de impossível reparabilidade plena, exigem tutela jurídica diferenciada da mera indenização. Com relação a tais bens, o senso comum exige muito mais a prevenção do que a reparação do dano.

Para ilustrar esse sentimento, basta citar o terrível acidente ambiental na cidade histórica de Mariana, em Minas Gerais, circunscrito à exploração econômica de uma mineradora e de proporções descomunais danosas para as pessoas, com mortes, destruição de casas e dos referenciais de vida e história pessoal. A esses danos, que não são poucos, acrescente-se o não menos desastroso impacto ambiental de graves proporções para a fauna e a flora, cuja compensação, ainda que se mostre possível, levará anos. Isso sem contar os efeitos dessa destruição, como o sentido descontrole das doenças transmitidas por insetos em face do desequilíbrio no meio ambiente e da extinção dos predadores naturais de mosquitos. Independentemente das possíveis razões do acidente, há consenso na coletividade de que ele não só poderia, mas, sobretudo, deveria ter sido evitado.

E é no contexto da violação dos direitos de natureza não patrimonial de difícil quantificação da lesão e da impossibilidade da plena reparação, e, por outro lado, a ocorrência cada vez maior de lesões com finalidade lucrativa, é que se levantou a hipótese de análise do presente trabalho, qual seja: o lucro obtido a partir da interferência em esfera patrimonial alheia: o lucro da intervenção.

Toda e qualquer intervenção em bem alheio que gere alguma vantagem econômica ao interventor é motivo de atuação do direito, porque esse fato contraria a ordem da

atribuição dos bens, que reserva ao titular a exclusividade de fruição da coisa, direito ou interesse protegido pelo ordenamento.

Por sua vez, o lucro da intervenção pode ser constatado por meio das vantagens positivas ou negativas em relação aos bens alheios. Ou seja, também as economias incorridas, ou as despesas não desembolsadas à custa de bens de terceiro, justificam a incidência do lucro da intervenção.

Porém, o lucro da intervenção é um fenômeno vasto no campo do direito e pode atingir bens patrimoniais ou não patrimoniais. Pode, ainda, surgir em virtude da prática de um ato ilícito danoso, daí a razão de serem também chamados pela doutrina e pela jurisprudência de lucros ilícitos, na medida que provêm de um ato ilícito lucrativo.

É na lesão aos direitos não patrimoniais que esses lucros da intervenção têm apresentado grande incidência. Por isso, a análise ficou restrita a essa modalidade de intervenção, na busca das possíveis respostas do ordenamento jurídico para tal problemática.

Portanto, a análise parte da constatação da possibilidade de o agente agressor obter lucros a partir de uma lesão ao patrimônio alheio e da dificuldade de a responsabilidade civil abarcar automaticamente esse efeito, na medida em que, em face do determinismo reparatório do instituto, ele se volta para remover os danos sofridos pelo lesado, e não os lucros obtidos pelo lesante.

Porém, ao longo desse fato, a jurisprudência vem tratando do tema no âmbito da responsabilidade civil, ao passo que, na doutrina, os lucros oriundos dos danos é ainda um tema em construção, permitindo e justificando o aprofundamento da matéria.

Essa foi a demanda que justificou a investigação, na qual foi utilizada bibliografia nacional e estrangeira, assim como a análise da jurisprudência a respeito das soluções dadas ao tema dos lucros oriundos de lesão. Foram também consideradas as legislações específicas a respeito do Direito de Autor, (Lei n. 9.610/98), Direito da Propriedade Industrial e da Concorrência Desleal (Lei n. 9.279/96), por serem leis que tangenciam o problema da remoção dos lucros auferidos pelo lesante em face da violação dos bens por elas tutelados.

A pesquisa principiou com a abordagem das transformações do instituto da responsabilidade civil ao longo dos anos, por força das constantes mudanças da sociedade e da necessidade de o instituto da responsabilidade civil acompanhá-las. Abordou a superação do paradigma individual da responsabilidade civil, calcado na culpa subjetiva do agente, porque os danos eram pensados mais como fatalidade, uma vez que a sociedade ainda

desconhecia o "risco". Com o desenvolvimento industrial e o significativo aumento dos danos, a responsabilidade civil, pressionada pela constatação de inúmeros lesados que não obtinham sucesso em serem reparados, sobretudo porque pesava sobre a vítima também o ônus de provar a culpa do agressor, a responsabilidade civil passa a considerar o dever de indenizar com base em dados normativos: culpa presumida. Nesse cenário, o foco da tutela da responsabilidade civil passa a ser a integral reparação da vítima, com a mitigação da importância das intenções do agressor. Mais adiante, em virtude da constatação do potencial altamente lesivo da sociedade, mormente por força de atividades ou comportamentos perigosos e dos proveitos econômicos deles derivados, o ordenamento jurídico passa a adotar a teoria do risco (risco do proveito e risco da atividade) como fonte do dever de reparar. Essas transformações foram igualmente admitidas no direito brasileiro, no qual convivem o ato ilícito e a cláusula geral de reparação como fontes da responsabilidade civil.

Feita essa análise, no passo seguinte, é apresentado o problema dos lucros da intervenção como um problema ainda em discussão no cenário do direito brasileiro, com a avaliação de cunho informativo a respeito de como alguns países europeus da *civil law* enfrentam o problema dos lucros oriundos da intervenção. Também se buscou trazer as soluções apontadas nos sistemas da *common law*, mais precisamente do ordenamento da Inglaterra e do País de Gales, cujo sistema se baseia em remédios, e não nos elementos de estrutura das categorias jurídicas.

Feito isso, apresentou-se a distinção entre o conceito de dano moral e de dano extrapatrimonial, porque foi a ressignificação da pessoa humana pelo ordenamento jurídico que fortaleceu a teoria dos direitos de personalidade e exigiu a expansão do conceito de dano imaterial. O princípio da dignidade da pessoa humana, como um dos fundamentos da República, e a ancoragem nos direitos fundamentais, entendidos como instrumentos de viabilidade da dignidade humana, permitiram o reconhecimento de interesses merecedores de tutela quando vinculados ao desenvolvimento e existência da pessoa natural. Por isso, o ordenamento jurídico não só elastece o rol dos direitos não patrimoniais diversos do direito moral como também acentua o grau de tutela sobre eles.

E, ao tempo em que aumenta a esfera de proteção da pessoa, na qual são considerados diversos interesses jurídicos merecedores de tutela, crescem os possíveis danos a serem suportados pelo titular, e nos quais se situa o problema de o interventor obter lucros por meio da lesão. Exemplo bastante recorrente desse fato é o uso desautorizado de imagem, notícias falsas contra a honra da pessoa natural, ou imagem da pessoa jurídica, entre outros.

Mas um problema que permanece no campo dos direitos não patrimoniais diz respeito à quantificação da lesão, que resta complexa porque o dano extrapatrimonial, que não é só dor e sofrimento, como o dano moral é normalmente tratado, representa uma dificuldade importante para o intérprete. Nesta senda, a necessidade de um detalhamento maior quanto à extensão da lesão na vida da vítima, a fim de garantir não só a integral reparação do lesado, mas também a devida fundamentação da decisão, parece ser o caminho a ser percorrido.

Para tal tarefa, que tem no princípio da reparação integral da vítima o dever a ser cumprido pelo julgador, além da possibilidade de análise de dados objetivos relacionados com a extensão da lesão na vida da vítima, o juízo de equidade é também instrumental voltado para a quantificação do dano não patrimonial. Foi o que se apurou no contexto na pesquisa.

No tocante à quantificação da lesão extrapatrimonial, foi analisada a possibilidade de a indenização ser desvinculada do princípio da reparação integral da vítima, porque o parágrafo único do artigo 944 do Código Civil assim o permite. Esse artigo, contrariando a norma do *caput*, cujo teor determina a indenização segundo a extensão do dano, viabiliza a redução da indenização se ela se mostrar onerosamente excessiva diante da culpa com que atuou o agressor. Essa norma retoma, pois, o conceito da culpa para dentro da responsabilidade civil, mas agora não para imputação do dever de indenizar, e sim, como critério de gradação da indenização. Esse artigo teve inspiração no direito suíço e no direito português, e, nesse último ordenamento legal, segundo a jurisprudência, ele tem servido para também justificar o aumento da indenização. Então, vale indagar se também aqui na legislação brasileira se poderia dar tal interpretação a essa norma, servindo de base para o juiz aplicar a indenização segundo a culpa do ofensor. Essa interpretação daria margem à base legal da função punitiva à responsabilidade civil. Essa hipótese tem ainda por base alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça que deram uma interpretação mais ampla à norma, inclusive para reduzir a condenação com base na culpa objetiva – o que parece contrariar o dispositivo legal. Essa possibilidade interpretativa tem relevância para a discussão dos lucros oriundos da lesão, na medida em que alguns sistemas jurídicos, como o francês vêm avaliando perspectivas legislativas com a finalidade de introdução de danos punitivos visando também à remoção dos lucros ilegítimos por meio deles.

Outrossim, a questão da quantificação do dano extrapatrimonial mereceu atenção, porque os lucros oriundos da lesão têm servido à jurisprudência de critério de medida do

dano, quando não de punição. É o que se levantou também da análise das leis especiais voltadas para os direitos autorais, direitos da propriedade intelectual e da concorrência desleal, bens esses essencialmente não patrimoniais. No âmbito dessas leis, os critérios de aferição da indenização, e, portanto, do dano, levam em conta as vantagens obtidas pelo ofensor, ou então, o quanto ele deveria ter pago pelo uso do direito alheio que fez sem pagar. Há, assim, uma intrínseca vinculação entre os lucros ilícitos e o dano suportado, ou seja: critério normativo com base na ficção da equivalência lucro com dano, realidades jurídicas diversas entre si e cuja correspondência de valor nem sempre se confirma.

Por fim, e na tentativa da compreensão do problema dos lucros ilícitos, foi trazida a natureza dos bens violados como indicativo da necessária funcionalização da responsabilidade civil, com o escopo de garantia de tutela aos bens imateriais. Com base também na ordem de atribuição dos bens e da faculdade de exercício exclusiva da titularidade, não só a privação do bem em si para o titular mas para também o uso lucrativo que terceiro dele venha fazer indica a necessidade de o sistema legal dar uma resposta ao problema.

Diante dessa constatação e com base na doutrina de Henrique de Sousa Antunes, levantou-se a possibilidade de o lucro auferido pelo agressor ser considerado um dano não patrimonial a ser indenizado, em semelhança com a doutrina do dano existencial desenvolvido no direito italiano. Tal circunstância abriria a possibilidade de o tema dos lucros ilegítimos permanecer no âmbito da responsabilidade civil e não ser deslocado para o enriquecimento sem causa, como tem defendido na doutrina. Essa é também a defesa de Adolfo Di Majo, no âmbito do direito italiano. No entanto, esse autor defende o uso da função preventiva da responsabilidade civil como remédio para remoção dos lucros ilícitos que restaram indevidamente alocados no patrimônio do ofensor por força do dano. Essas foram as temáticas tratadas na tese, com o fito de contribuir para a discussão da questão que permanece latente no sistema jurídico brasileiro.

CONCLUSÃO

A responsabilidade civil, sem dúvida, continua sendo um tema candente e profundamente rico para a pesquisa e análise do direito.

A demanda sobre esse instituto jurídico tem se mostrado cada vez mais intensa em virtude da complexidade do mundo moderno, que é veloz, virtual e exponencialmente lesivo. Se antes a lesão recaía basicamente sobre bens patrimoniais, hoje ela está potencialmente presente em todas as atividades do homem contemporâneo. Do acordar ao deitar, o risco acompanha a pessoa. Dos alimentos aos remédios, dos produtos de consumo aos meios de transporte, da radiação do sol à poluição do ar, todas as circunstâncias oferecem risco. Vive-se cercado pelo risco do dano. Esse é um dado irrefutável da realidade, com a qual o Direito não mais deixará de conviver.

Outro dado relevante que intervém na responsabilidade civil é a cada vez mais forte presença das análises econômicas das indenizações, dos seguros e das prevenções das lesões, o chamado custo dos danos. O mercado de produção de bens de consumo, na sua lógica de fazer circular as riquezas, tem nos danos monetariamente parametrizados um dos pilares de análise para os lucros e despesas.

Nesse passo, algumas transformações para evitar que a lógica econômica se aproprie do direito são possíveis de serem colhidas a respeito da categoria da responsabilidade civil, cujo escopo é a reparação do dano. E talvez, nessa área, os danos punitivos sejam a solução. Podem-se, assim, destacar alguns aspectos da evolução do instituto.

A primeira delas, indiscutivelmente, é a funcionalização da responsabilidade civil em prol da tutela dos bens jurídicos, segundo a natureza dos interesse merecedores de tutela. Nessa senda, é possível identificar que, ao lado de outras áreas da responsabilidade civil, tais como o direito ambiental, o direito do consumidor, em que os elementos de estrutura da *fattispecie* não vêm performados para tais realidades, a divisão dos bens jurídicos em bens de natureza patrimonial e extrapatrimonial importa em aspectos diversos para a indenização.

A partir do bem lesado, as soluções de reposição do patrimônio são diversas, na medida em que o dano patrimonial é indenizável, e o dano não patrimonial é tão somente

compensável. O primeiro repõe o patrimônio lesado, e o segundo volta-se para confortar a vítima.

O direito tem na patrimonialidade a sua *ratio* – o que impacta fortemente na solução das lesões a bens não patrimoniais na medida em que não há equivalente monetário para a reparação desses danos.

Por sua vez, parece defluir da sociedade o sentimento comum de a reparação/compensação não ser eficiente diante dos danos extrapatrimoniais. Sensibilidade essa mais fortemente marcada na categoria dos direitos de personalidade e dos bens e interesses difusos e coletivos, na medida em que intimamente vinculados à pessoa humana e aos interesses jurídicos a ela essenciais.

Tudo porque as transferências patrimoniais operadas por força da lesão a bem extrapatrimonial não permitem a plena reparação da vítima – cânone do direito dos danos.

Aí reside a complexidade da responsabilidade civil que se expande para as dificuldades da liquidação dos danos.

Para além dessa dificuldade, o fenômeno dos ilícitos lucrativos, como modalidade do lucro oriundo da intervenção em bens, é outro problema ainda passível de discussão no campo dos danos.

O lucro da intervenção, como se analisou, ainda que superficialmente, em alguns sistemas estrangeiros, também não encontra uma solução adequada nos demais ordenamentos. Nos países da *civil law*, com exceção do direito alemão, mais precisamente França, Itália, Portugal e Espanha, situa-se o problema entre os campos da responsabilidade civil e do enriquecimento sem causa, a fim de promover a retirada das vantagens econômicas do patrimônio do lesante. A Suíça, por sua vez, tem, no instituto da denominada "gestão imprópria", o meio de restituição ao lesado dos ganhos ilegítimos obtidos pelo lesante. Esses países, com diferentes nuances entre si, tendem a alocar o problema dos lucros oriundos da lesão no campo da responsabilidade civil. Já a Alemanha, em que pese a sua matriz legal no direito legislado, tem, na utilização pragmática do instituto restitutivo, a solução que determina que todo o lucro oriundo da intervenção seja restituído ao titular do bem. Assim, o direito alemão, nesse aspecto, aproxima-se mais dos sistemas da *common law*, que tem no uso dos remédios à disposição do julgador, e não no enquadramento da *fattispecie*, a solução para o problema. E, por sua vez, nos sistemas anglo-saxões, algumas categorias específicas se prestam a remover o uso indevidamente obtido à custa dos bens alheios, não havendo,

porém, determinação delas sobre as situações, ficando ao alvedrio do juiz e das circunstâncias do caso a solução aplicada.

O lucro ilícito ou a lesão lucrativa é, portanto, a aferição de lucros em favor do agressor por meio de um dano a bens alheios. E essa constatação oferece certa complexidade para o direito da responsabilidade civil, na medida em que ela tem seu foco de atenção voltado para a integral reparação da vítima, e não para a retirada das vantagens e lucros do ofensor. Preponderantemente, é desse fator que decorre toda a complexidade dessa problemática.

Por sua vez, o instituto do enriquecimento sem causa também apresenta dificuldades para uma adequada solução à remoção desse acréscimo patrimonial em favor do lesante. No campo da responsabilidade civil, a dificuldade está no vetor da integral reparação do lesado. No enriquecimento sem causa, ela se apresenta tanto na nem sempre presente diminuição do patrimônio do lesado para justificar a restituição (teoria do duplo limite) quanto na natureza subsidiária do instituto.

Portanto, não há resposta fácil para o problema do lucro da intervenção, que, no presente trabalho, restringiu-se aos lucros provenientes de uma intervenção necessariamente danosa na esfera de terceiro, por isso denominada ilícito lucrativo.

Aliás, várias podem ser as modalidades nas quais o lucro da intervenção pode surgir. As vantagens podem vir para o agressor mediante uma lesão aos bens da vítima, ou mediante um comportamento que não necessariamente implique perdas para aquele. Podem vir por meio de ganhos, mas também por economias de despesas. Outro aspecto é a boa ou má relativa ao comportamento do agressor, que, em campos específicos, tem soluções mais ou menos oneradas segundo o agir do agressor (exemplo dos frutos recebidos de boa ou má-fé no campo da posse). A intervenção e as vantagens podem advir de situação na qual o interventor desconheça ser de outrem o bem do qual obtém os lucros. Ademais, especificamente no campo das intervenções danosas, é possível que o lucro seja menor que as perdas ocasionadas pela lesão, situação que parece não trazer grandes problemas para o direito, porque, ao indenizar o lesado, estar-se-á automaticamente retirando da esfera patrimonial do ofensor as vantagens oriundas da lesão.

Mas o problema se coloca complexo quando, além da lesão e da possível indenização, permanecem na esfera do lesante vantagens econômicas, que não só ferem o senso de justiça como podem permitir o "livre conduto" para a apropriação dos direitos

alheios. Esse comportamento viola a ordem de atribuição inerente aos bens jurídicos. É o titular do bem que detém o poder, com exclusividade, de recolher para si os benefícios do potencial econômico dos próprios bens.

Por isso, não só uma solução para o caso do retorno das vantagens para o titular do bem lesado é preocupação que norteia essa temática dos lucros da intervenção, mas sobretudo, a possibilidade da superação da ordem de atribuição dos bens jurídicos, que, repise-se, destina ao titular o gozo, uso e fruição dos próprios bens e o poder de dar a eles as destinações segundo seus próprios critérios e interesses, desde que lícitos.

Não bastasse isso, com a ressignificação dos bens jurídicos a partir de uma interpretação segundo os valores constitucionais, é notável a relevância e supremacia atribuídas à pessoa e ao conjunto de interesses jurídicos protegidos pelo ordenamento, que gravitam ao redor do sujeito como direitos essenciais, porque decorrentes da própria pessoa. Os direitos de personalidade são, a um só tempo: direitos públicos, sob a perspectiva dos direitos fundamentais, e, na esfera privada, parcelas inalienáveis da pessoa, por isso protegidos pelo ordenamento.

E, em face desse personalismo que marcou uma ressignificação na pauta dos valores tuteláveis pelo ordenamento, também se ampliaram as esferas de bens tuteláveis em favor da pessoa, o que, por sua vez, potencializou o risco de lesão a eles.

E esse dado ético da repersonalização do sistema, aliado ao fortalecimento cada vez mais presente na doutrina e na jurisprudência acerca da necessidade de tutela a outros bens extrapatrimoniais essenciais à condição da pessoa humana, tem impactado a responsabilidade civil no sentido de a função a ela atribuída pelo ordenamento não poder ser mais da ordem meramente reparatória, senão também preventiva. Lembra Teresa Ancona Lopez que há consenso acerca da função reparatória e preventiva da responsabilidade civil.

E esse fator é reforçado pelas dificuldades de quantificação e de liquidação do dano moral, que, perante uma lesão, pode ser fonte de riqueza direta ou indireta para o agressor.

Ademais, nesse contexto jurídico, ao que se soma a cada vez mais frequente lesão a bens imateriais, dos quais se destacam a honra, as imagens, a vida privada, e, para as pessoas jurídicas, as marcas e patentes, o tema dos lucros ilícitos permanece de discussão aflorada, a justificar a pesquisa e a contribuição da doutrina.

No campo da análise doutrinária, no âmbito do direito nacional, com base nos limites do artigo 944 do Código Civil, que limita a indenização à extensão do dano, a doutrina vem

defendendo ser o instituto do enriquecimento sem causa o adequado para restituir ou entregar ao lesado os lucros auferidos.

Não é o que pensam a doutrina francesa e as vozes da doutrina portuguesa e italiana. No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar, no ano de 2018, tema vinculado ao uso ilegítimo do direito de imagem de uma atriz, de forma pioneira e lastreado em pedido expresso da autora, confirmou a condenação do réu, no caso uma rede de farmácias que havia divulgado um produto emagrecedor supostamente utilizado pela referida atriz, no dever de restituir a ela parte do lucro com a venda, a título de lucros da intervenção.

A condenação, assim, abarcou lesão a direito de imagem, com a condenação do lesante em: (a) danos morais segundo os dissabores experimentados em função da lesão; (b) danos patrimoniais consistentes em valores equivalentes àqueles que ela usualmente cobraria pela cessão autorizada da sua imagem, e ainda (c) no lucro da intervenção a ser liquidado em fase de sentença.

Curiosamente, ao sustentar a argumentação, o Ministro Relator Ricardo Villas Bôas Cueva, entre outras passagens voltadas a justificar a restituição dos lucros, com base no enriquecimento sem causa, retomou características frequentes da condenação dos danos a bens extrapatrimoniais e relativas à função preventiva da condenação. Para justificar que o lucro da intervenção deveria voltar para esfera do seu titular, o argumento foi a finalidade de serem reprimidas novas condutas do ofensor.

A decisão, portanto, tem finalidade de desestímulo e atribui ao enriquecimento sem causa a função dissuasória e típica da responsabilidade civil.

Nesse sentido, e ainda no campo da jurisprudência, pode-se analisar que é uma constante das decisões em danos extrapatrimoniais, dada a indiscutível dificuldade de quantificar a lesão, atribuir ao valor uma carga a título de parcela dissuasória da indenização, com finalidade preventiva-punitiva.

Por isso, na grande maioria das vezes, as decisões que levam em conta a presença de lesão lucrativa o fazem sob a fundamentação argumentativa de o valor da condenação também ser voltado para remover os lucros obtidos com a lesão.

Porém, se é difícil a quantificação do dano extrapatrimonial, mormente o dano moral em si – dada a natureza não pecuniária do interesse lesado –, não menos difícil é a quantificação dos lucros auferidos com a lesão, razão pela qual se pode notar que, ao lado

da parcela de cunho dissuasório-preventivo da condenação, também há um fundamento que confunde "lucro com dano". Quantifica-se o dano do lesado na medida do lucro do ofensor.

Essa solução é a que vem posta pelas legislações específicas que tratam de alguns bens imateriais tutelados pelo direito e relativos ao direito de autor e conexos, do direito das marcas e patentes e da concorrência desleal.

Nesses sistemas, é a própria lei que estabelece os critérios da indenização entre as possibilidades de "ressarcimento" do lesado. Ela se mede pela quantia que o lesado deixou de receber pelo uso feito do seu direito ou pelas quantias auferidas pelo ofensor com a lesão. Ademais, além dessas condenações de cunho reparatório, cabem as medidas de inibição, multas, e mesmo da esfera penal, visando à tutela ampla do interesse jurídico.

Diante dessas circunstâncias aferidas, pode-se concluir que, em face da teoria dos bens, é a natureza deles que atribui função às categorias jurídicas. É assim com a responsabilidade civil, como se pode ver nas decisões colacionadas no campo do direito extrapatrimonial individual ou coletivo. Nessa linha, curiosa e igualmente é a atribuição de função de desestímulo à condenação a título de enriquecimento sem causa pelo Superior Tribunal de Justiça, como se analisou.

E, se as coisas se passam assim, é de se perquirir se a decisão sobre o uso do "remédio" não está mais no campo da discricionariedade do juiz do que propriamente no enquadramento do fato-norma.

Ainda nessa toada e a respeito das possíveis interpretações das categorias jurídicas e da constante funcionalização que vem sendo dada aos institutos jurídicos no sentido de ser intensificada a tutela sobre os bens protegidos pelo ordenamento, merece menção a norma do parágrafo único do artigo 944 do Código Civil, que, inspirada em legislação estrangeira, permite ao intérprete reduzir o *quantum* da indenização se verificar que há onerosidade excessiva entre ela e a culpa do agressor.

Nesse sentido, reentra em cena a culpa no campo da responsabilidade civil, não mais como critério de imputação, apesar de se manter no ordenamento a responsabilidade decorrente do ato ilícito e da culpa subjetiva, mas, sim, como critério de quantificação da lesão.

Com base nessa norma, levantou-se decisão do Superior Tribunal de Justiça na qual os parâmetros foram flexibilizados e aplicados para ser mitigado o princípio da integral reparação da vítima, com a redução da indenização fundamentada na culpa objetiva e relação

típica de consumo – com evidenciado distanciamento da racionalidade da norma à custa dos direitos do ofendido.

Diante disso e da escolha feita pelo intérprete quanto às exigências do caso concreto, é de se indagar se não seria possível uma interpretação que vinculada à culpa do agressor e com fins de proteger interesses relevantes para o sistema jurídico, agravasse a condenação do ofensor, também com danos punitivos.

Há quem defenda que sim, podendo essa norma ser, portanto, um mecanismo apto a autorizar a medida da indenização segundo a culpa do agressor, e, portanto, prestar-se de fonte normativa aos danos punitivos. Entende-se que essa interpretação somente seria possível em face do necessário balanço do interesse em questão, no qual, no caso concreto, a tutela prioritária fosse justificada pela gravidade da ofensa, natureza e relevância do interesse jurídico protegido, e consequente agir culposos do agressor em favor do lesado.

No entanto, no direito português, que possui norma similar ao sistema legal brasileiro, essa posição vem sendo defendida por Henrique Sousa Antunes.

Por sua vez, afastando-se do instituto do enriquecimento sem causa, ainda que flexibilizado nos seus requisitos para permitir o dever de restituir o lucro e não de repará-lo, chegou-se à doutrina que defende a possibilidade de a simples lesão lucrativa em si ser considerada um dano não patrimonial, passível de indenização autonomamente.

Tal entendimento vem ancorado na doutrina italiana e no similar desenvolvimento do dano extrapatrimonial naquele sistema. No direito italiano, em face da limitação legal do reconhecimento do dano extrapatrimonial fora das situações-tipo, desenvolveu-se a teoria dos danos existenciais, entendidos como as consequências da lesão a bem jurídico ligado à pessoa e que repercute na sua vida de relação. Portanto, a partir das consequências danosas da lesão no âmbito da vida relacional do lesado, desenvolveu-se a teoria do direito existencial ou dos danos de relação.

Esse entendimento seria possível de ser estendido ao direito brasileiro, na medida em que justificaria o tratamento autônomo dos lucros do ilícito como um dano contra o bem imaterial do titular, mas cujas consequências se dirigem ao exercício do direito lesado.

Ademais, a compreensão da lesão lucrativa como um dano em si permitiria a alocação da temática do campo da responsabilidade civil, *locus* própria e natural das tratativas da lesão.

A seu turno, na doutrina italiana de Adolfo di Majo, essa tese também é defendida. Ou seja, os lucros da intervenção, quando oriundos de uma lesão danosa, devem ser tratados no âmbito da responsabilidade civil. No entanto, o jurista italiano não defende o enquadramento na estrutura da responsabilidade civil, como Henrique de Sousa Antunes, mas, sim, na função preventiva do instituto, usada como "remédio" de remoção dos lucros.

Percebe-se, pois, o pragmatismo da tese italiana, cujo repúdio da injustiça de se obter lucros à custa de outrem justifica a remoção de tais lucros, com base na função de repressão da lesão visando à preservação do interesse tutelado e do direito de sancionar as condutas ilícitas danosas. Adverte-se que, em superação também ao princípio do enriquecimento sem causa, a doutrina alemã determina que a restituição do lucro deve ser integral, acentuando, assim, uma escolha perante a lesão, no caso, penalização ao lucro à custa de bens de outrem.

E é primordialmente na lesão ao bem de natureza extrapatrimonial que o lucro da intervenção se faz mais presente. Essas vantagens, denominadas lucro da intervenção, repercutem de várias formas no direito, seja no campo da intervenção danosa, seja naquele campo no qual não há danos aos interesses do titular.

Voltando à decisão do Superior Tribunal de Justiça, *leading case*, para a temática ora em análise, permite-se concluir que também o tribunal reconheceu os lucros obtidos pelo lesante, ao lado do dano moral e do dano material, e sob a denominação de lucro da intervenção, como um direito autônomo em favor do lesado, atribuindo a sua quantificação no percentual relativo ao lucro auferido e a ser liquidado por sentença.

Por todos os ângulos que se analise a decisão, a autonomia do lucro da intervenção no caso foi reconhecida. No entanto, o fundamento da função dissuasória a ele atribuída mais parece enquadrar-se como típico dano inerente à responsabilidade civil do que dever de restituir, dado que não se apontou outro fundamento que não a função inibitória da conduta.

Nota-se, portanto, o que há muito é ressaltado pela doutrina da reparação e da restituição: a responsabilidade civil e o enriquecimento sem causa são categorias jurídicas por vezes de difícil distinção, indicando que a escolha por uma ou por outra poderá ser feita segundo os critérios do caso concreto e da discricionariedade do juiz, desde que devidamente fundamentada pelo intérprete.

Esse entendimento tem também por base a impossibilidade de o lucro da intervenção ser erigido a um complexo jurídico, dadas as múltiplas formas que os lucros ilícitos ou o ilícito lucrativo podem se apresentar diante do ordenamento jurídico. Por isso, é possível

concluir que: (a) o sistema jurídico está funcionalizado segundo a natureza dos bens protegidos; (b) a natureza dos bens extrapatrimoniais reclama uma tutela diferenciada do ordenamento jurídico, mormente os vinculados à pessoa por força dos valores constitucionais eleitos; (c) as lesões que podem se apresentar tanto lesivas para o ofendido quanto lucrativas para o ofensor; (d) a quantificação do dano extrapatrimonial tem servido para a remoção dos lucros do ofensor, mas ela não é, por si só, suficiente quando os lucros forem maiores do que as perdas; (e) a responsabilidade está funcionalizada também para prevenir a lesão, além de reparar os danos; (f) com base na flexibilização do princípio da integral reparação do lesado, dada pelo parágrafo único do artigo 944 do Código Civil, é possível afastar a quantificação da indenização da extensão pura dos danos; (g) nessa senda, é possível perquirir uma possível função punitiva a ser dada ao parágrafo único, cuja *ratio* está em valorizar a intenção do agressor quando outros valores jurídicos assim exigirem, mas dentro de estreitos limites; (h) e possível, por meio de uma interpretação expandida do conceito de dano, serem os lucros obtidos à custa de bens alheios, compreendidos como um dano de natureza não patrimonial a ser indenizado em favor do lesado; (i) pode-se concluir que, em face da necessidade de tutela ampla dos direitos extrapatrimoniais, a função preventiva da responsabilidade civil poderá ser remédio a justificar a remoção dos lucros, dado que eles contrariam as normas de justiça e invertem a ordem de atribuição dos bens pelo direito; (j) ao ser atribuída a função dissuasória ao instituto do enriquecimento sem causa, como fundamento para a restituição, e em face de ser esse instituto voltado para restituir o que saiu da esfera do lesado, e ainda ser ele de natureza subsidiária, parece mais adequado que o problema dos lucros do ilícito permaneça alocado na responsabilidade civil – *locus* natural da remoção das consequências da lesão. Por fim, cabe ainda referir que, em face das tênues linhas que separam esses institutos, a escolha pela categoria a servir de instrumento para a remoção dependerá do caso em concreto e da discricionariedade judicial. Por fim, conclui-se que o tema do lucro da intervenção é multifacetado e inviabiliza uma solução única.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Roberto. El principio de precaución um nuevo standard jurídico para la era tecnológica. *Revista Argentina La ley*, Buenos Aires, 2002.
- AGUIAR DIAS, José de. *Da responsabilidade civil*. 12. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
- ALMEIDA, Carlos Ferreira de. *Contratos I: conceitos, fontes, formação*. Coimbra: Almedina, 2003.
- ALPA, Guido. *La responsabilità civile: parte generale*. Torino: Utet, 2010.
- ALPA, Guido; BESSONE, Mario. *La responsabilità civile: prospettiva storica, colpa, illecito contrattuale*. 2. ed. Milano: Giuffrè, 1980. v. 1.
- ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.
- AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- AMARAL, Francisco. Racionalidade e sistema no direito civil brasileiro. Separata da revista *O Direito*. Rio de Janeiro, ano 126, 1994.
- AMERICANO, Jorge. *Ensaio sobre o enriquecimento sem causa: dos institutos de direito em que se manifesta a condenação do locupletamento injustificado*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1933. 127 p.
- ANTUNES, Henrique Sousa. Disgorgement of profits in Portugal: a journey between the present and the future. In: HONDIUS, Edwoud; JANSSEN, André. *Disgorgement of profits: gain based remedies throughout the World*. Suíça: Springer, p. 171-186, 2015.
- ANTUNES, Henrique Souza. *Da inclusão do lucro ilícito e de efeitos punitivos entre as consequências da responsabilidade civil extrapatrimonial: a sua legitimação pelo dano*. Lisboa: Coimbra Editora, 2011.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito civil*. Coimbra: Ed. Coimbra, 1997. v. 1: Teoria geral: introdução, as pessoas, os bens.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Responsabilidade civil. *Revista Jurídica*, ano 55, n. 353, p. 11-34, mar. 2007.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. A boa-fé na formação dos contratos. In: NERY, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade (org.). *Doutrinas essenciais de responsabilidade civil: direito das obrigações e direito negocial*. São Paulo: RT, 2010. v. II.

BARCELLONA, Mario. *Corso di diritto civile. La responsabilità extracontrattuale: danno ingiusto e danno non patrimoniale*. Torino/Itália: Utet Giuridica, 2011. 308 p.

BARCELLONA, Pietro. *Diritto privato e processo economico*. 2. ed. Napoli: Jovene Editore, 1977.

BARCELLONA, Pietro. *El individualismo propietario*. Tradução de Jesús Ernesto Garcia Rodriguez. Madrid: Editorial Trotta, 1996.

BARCELLONA, Pietro. *Gli abitatori del tempo. Cristianesimo, marxismo, tecnica*. Roma: Armando, 1981.

BATIST, Michel. *Naissance de la loi moderne*. Paris: Universidade de France, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Dano moral: critérios de fixação de valor*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BIANCA, Massimo. *Diritto civile. La responsabilità*. Milano: Giuffrè, 1994. v. 5.

BITTAR, Carlos Alberto. *Responsabilidade civil: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. São Paulo: Polis, 1991.

BONILINI, Giovanni. *Il danno non patrimoniale*. In: ANDREOLI, G. et al. (org.). *Studi di diritto privato*. Università degli studi di Milano. Milano: Giuffrè, [s.d.].

BRIZ, Jaime Santos. *La responsabilidad civil: derecho sustantivo e derecho procesal*. 3. ed. Madrid: Montecorvo, 1981.

CALABRESI, Guido. *Costo degli incidenti e responsabilità civile. Analise economico-*

giuridica. In: CAPELLETI, Mauro (org.). *Studi di diritto comparato*. Milano: Giuffrè, 1975.

CALABRESI, Guido. *The costs of accidents*. Yale University Press, 1970.

CAMBRIDGE DICTIONARY. Disponível em:

<<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles>>. Acesso em: 22 set. 2018.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CANTILHO, Michele. *Giurisprudenza sistematica di diritto civile e commerciale: le obbrilagzioni*. Torino: Utet, 1993. t. I e II.

CAPECCHI, Marco. *Il nesso di causalità*. 2. ed. Padova: Cedam, 2005.

CARNAÚBA, Daniel Amaral. A responsabilidade civil pela perda de uma chance: a técnica na jurisprudência francesa. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, ano 101, v. 922, p. 139-171, ago. 2012.

CARVALHO DE MENDONÇA, Manuel Ignacio. *Doutrina e prática das obrigações*. 3. ed. atualizada por J. M. de Carvalho Santos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.

CASSANO, Giuseppe. *Rapporti familiari, responsabilita civile e danno esistenziale*. Pádova: Cedam, 2006.

CASTRONOVO, Carlo. *La nuova responsabilità civile*. 3. ed. Milano:Giuffrè, 2006.

CAVALAGLIO, Lorenzo. *La formazione del contratto*. Normative di protezione ed efficienza economica. Milão: Giuffrè, 2006.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CLÈVE, Clémerson Merlin. *Temas de direito constitucional*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

COELHO, Francisco Manuel Pereira. *O enriquecimento e o dano*. Coimbra/Portugal: Livraria Almedina, 1999. 94 p.

CONNOLY, Niamh. Disgorgement in Ireland. In: HONDIUS, Ewoud. JANSSEN, André (org.). *Disgorgment of profits: gain-based remedies throughout the World*. Springer, Cham, p. 71-78, 2015.

- COOTER, Robert. *Direito & economia*. Tradução de Luis Marcis Sander, Francisco Araújo da Costa. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- CORDEIRO, Antonio Manuel da Rocha e Menezes. *Da boa fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 2013.
- CORTIANO JR., Eroulths. Alguns apontamentos sobre os chamados direitos de personalidade. In: FACHIN, Luiz Edson (org.). *Repensando fundamentos do direito civil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1988. p. 31-56.
- CORTIANO JR., Eroulths. *O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do ensino do direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- COSTA-MARTINS, Judith. Os danos à pessoa e a natureza da sua reparação. In: COSTA-MARTINS, Judith. *A reconstrução do direito privado*. São Paulo: RT, 2002.
- COUTO E SILVA, Clóvis V. do. *A obrigação como processo*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- DE CICCIO, Maria Cristina de Cicco. A pessoa e o mercado. In: TEPEDINO, Gustavo (org.). *Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.
- DE CUPIS, Adriano. *I diritto della personalità*. Milano: Giuffrè, 1950.
- DE CUPIS, Adriano. *Os direitos de personalidade*. Lisboa: Moraes, 1961.
- DE CUPIS, Adriano. *Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obbligazioni*, anno LXVIII, 1970.
- DE MAURO, Antonio; FORTINGUERRA, Fabio; TOMMASI, Sara. *La responsabilità precontrattuale*. 2. ed. Padova: Cedam, 2007.
- DI LAURO, Antonio Procida Mirabelli. *La responsabilità civile. Strutture e funzioni*. Torino: Giappichelli, 2004.
- DI LAURO, Antonino Procida Mirabelli. Sul principio di riparazione integrale dei danni alla persona. In: CEDON, Paolo (org.). *Scritti in onore di Rodolfo Sacco*. La comparazione giuridica alle soglie del 3º millenni. Milano: Giuffrè, 1994. t. I.
- DI LAURO, Antonino Procida Mirabelli. Valutazione e liquidazione dei danni alla persona. *Studio in memória di Gino Gorla*, III. Milano: Giuffrè, 1994.

DI MAJO, Adolfo. *Profili della responsabilità civile*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2010.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. v. 1.

DÍEZ-PICAZO, Luis. *Derecho de daños*. Madrid: Civitas, 1999.

FACHIN, Luiz Edson (org.). *O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas: estudos em homenagem ao professor Ricardo Pereira Lira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

FACHIN, Luiz Edson. “*O aggiornamento*” do direito civil brasileiro e a confiança negocial. Repensando fundamentos do direito civil contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

FACHIN, Luiz Edson. *Direito civil: sentidos, transformações e fins*. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

FACHIN, Luiz Edson. *Questões do direito civil brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Renovar, 2008.

FACHIN, Luiz Edson. Responsabilidade civil e o risco do desenvolvimento nas relações de consumo. In: NERY, Rosa Maria de Andrade; DONNINI, Rogério (org.). *Estudos em homenagem ao Professor Rui Geraldo Camargo Viana*. São Paulo: RT, 2009.

FACHIN, Luiz Edson. Tendências da responsabilidade civil no direito contemporâneo: reflexos no Código de 2002. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (org.). *Novo Código Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Método, 2006. v. 5.

FACHIN, Luiz Edson. *Teoria crítica do direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FERRAZ, Sergio. *Manipulações biológicas e princípios constitucionais: uma introdução*. Porto Alegre: Fabris, 1991.

FLAMINI, Antonio. *Il danno alla persona. Saggi di diritto civile*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2009.

FRANZONI, Massimo. Commentário del Codice Civile (Scialoja-Branca). In: GALGANO, Francesco (org.). Bologna: Zanichelli Editore; Roma: Soc. ed. del Foro

Italiano, 1993.

FRANZONI, Massimo. *Il danno non patrimoniale del diritto vivente*. In: <www.persanaedanno.it>. Acesso em: 13 fev. 2012.

GALLO, Paolo. *Arricchimento senza causa. Codice civile: Commentario*. Collection II codice civile. Volumes 2041-2042 de Il codice civile. Milano/Itália: Giuffrè, 2003. 168 p.

GEDIEL, José Antônio Peres. *Os transplantes de órgãos e a invenção moderna do corpo*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2000.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. Alguns apontamentos sobre o dano moral, sua configuração e o arbitramento da indenização. In: CASSETARI, Christiano (coord.); VIANA, Rui Geraldo Camargo (orient.). *10 anos de vigência do Código Civil brasileiro de 2002: estudos em homenagem ao professor Carlos Alberto Dabus Maluf*. São Paulo: Saraiva, 2013.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. *Responsabilidade civil pelo risco da atividade*. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. *Elementos de responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GOMES, Orlando. *A revisão do direito civil. A crise do direito*. São Paulo: Max Limonad, 1955.

GOMES, Orlando. *Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro*. Salvador: Progresso, 1958.

GOMES, Orlando. *Responsabilidade civil*. Atualizado, revisado e ampliado por Edvaldo Brito. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2011.

GORLA, Gino. *Diritto comparato e diritto comune europeo*. Volume 21 de Studi di diritto comparato. Milano/Itália: Giuffrè, 1981. 918 p.

GRAU, Eros. *Técnica legislativa e hermenêutica contemporânea*. In: TEPEDINO, Gustavo (org.). *Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. *Lucros cessantes: do bom-senso ao postulado normativo da razoabilidade*. São Paulo: RT, 2011.

HELMS, Tobias. Disgorgement of profits in german law. In: HONDIUS, Ewoud; JANSSEN, André (org.). *Disgorgment of profits: gain-based remedies throughout the World*. Springer, Cham, 2015.

HONDIUS, Ewoud; JANSSEN, André. Disgorgement of profits: gain-based remedies throughout the World. In: HONDIUS, Ewoud; JANSSEN, André (Org.). *Disgorgment of profits: gain-based remedies throughout the World*. Springer, Cham, 2015. p. 471-516.

IRTI, Natalino. *Diritto civile e società policita*. Roma: Laterza, 1999.

JOURDAIN, Patrice. *Traité de droit civil: les conditions de la responsabilité*. 3. ed. Paris: LGDJ, 2006.

KFOURI NETO, Miguel; NOGAROLI, Rafaela. A aplicação do lucro da intervenção (disgorgement of profit) no direito brasileiro. In: TEPEDINO, Gustavo; MENEZES, Joyceane Bezerra de (coord.). *Autonomia privada, liberdade existencial e direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Forum, 2019.

KONDER, Carlos Nelson. Dificuldades da abordagem unitário do lucro da intervenção. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, ano 4, v. 13, out./dez. 2017.

KONDER, Carlos Nelson. Enriquecimento sem causa e pagamento indevido. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

KROETZ, Maria Candida do Amaral. *Enriquecimento sem causa no direito civil brasileiro contemporâneo e recomposição patrimonial*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

KROETZ, Maria Candida Pires do Amaral. Considerações acerca da fixação do montante da indenização por dano moral. In: FACHIN, Luiz Edson (org.). *Repensando fundamentos do direito civil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

KRONMAN, Anthony T.; POSNER, Richard A. *The economics of contract law*. Boston e Toronto: Little, Brown and Company, 1979.

LALOU, Henri. *La responsabilité civile: principes élémentaires et applications pratique*. Paris: Dalloz, 1928.

LEONARDI, Marcel. *Tutela e privacidade na internet*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEVY, Daniel de Andrade. *Responsabilidade civil: de um direito de danos a um direito das condutas lesivas*. São Paulo: Athas, 2012.

LIGÜERRE, Carlos Gomes. Disgorgement of profits under Spanish Law. In: HONDIUS, Ewoud; JANSSEN, André (org.). *Disgorgement of profits: gain based remedies throughout the World*. Suíça: Springer, p. 199-206, 2015.

LIMA, Alvino. *Culpa e risco*. 2. ed. São Paulo: RT, 1998.

LIMA, Alvino. *Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LINS, Thiago. *O lucro da intervenção e o direito à imagem*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

LOPEZ, Teresa Ancona. *O dano estético: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: RT, 2004.

LOPEZ, Teresa Ancona. Principais linhas da responsabilidade civil no direito brasileiro contemporâneo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 101, jan./dez. 2006.

LOPEZ, Teresa Ancona. *Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JR., Otávio Luiz (coord.). *Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais*. São Paulo: Atlas, 2013.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do direito privado*. Tradução de Vera Maria Jacob de Fradera São Paulo: RT, 1988

LOTUFO, Renan. *Código Civil comentado*. São Paulo: Saraiva, 2003.

LOURENÇO, Paula Meira. *A função punitiva da responsabilidade civil*. Lisboa: Coimbra Editora, 2006.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé como modelo (uma aplicação da teoria dos modelos de Miguel Reale). In: MARTINS-COSTA, Judith; BRANCO, Gerson Luiz Carlos (org.). *Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé*. São Paulo: RT, 1999.

MARTINS-COSTA, Judith. *Os danos à pessoa e a natureza da sua reparação. A reconstrução do direito privado*. São Paulo: RT, 2002.

MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. *A vida embrionária e sua proteção*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MEIRELLES, Jussara. O ter e o ser na codificação civil brasileira: do sujeito virtual à clausura patrimonial. In: FACHIN, Luiz Edson (org.). *Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. p. 87-114.

MELO DA SILVA, Wilson. *Responsabilidade sem culpa e socialização do risco*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1962.

MENEZES CORDEIRO, António. *Tratado de direito civil português*. Coimbra: Almedina, 2010. v. II, t. III.

MENEZES LEITÃO, Luís Manuel Teles de. *Direito das obrigações*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2009. v. I.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MORAES, Maria Celina Bodin de. Perspectivas a partir do direito civil-constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (org.). *Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.

NANNI, Giovanni Ettore. *Enriquecimento sem causa*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PEDRAZZI, Giorgio. Il danno esistenziale. In: PONZANELLI, Giulio. *Responsabilità civile*. Tredici variazioni sul tema. Padova: Cedam, 2002.

PELUSO, Cezar (coord.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Manole, 2012.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PERLINGIERI, Pietro. A doutrina do direito civil na legalidade constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (org.). *Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da*

legalidade constitucional. São Paulo: Atlas, 2008.

PERLINGIERI, Pietro. *Manuale di diritto civile*. 6. ed. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 2007.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis de direito civil*. Introdução ao direito civil constitucional. Tradução de Maria Cristina de Cicco. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

PERLINGIERI, Pietro. *Profili del diritto civile*. 3. ed. Napoli: ESI, 1994.

RAMOS, Carmem Lúcia Silveira. A constitucionalização do direito privado e a sociedade sem fronteiras. In: FACHIN, Luiz Edson (org.). *Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

RODOTÁ, Stefano. *Il problema della responsabilità civile*. Ristampa inalterata. Milano: Giuffrè, 1967.

RODOTÁ, Stefano. Presentazione allo studio de Guido Calabresi. (Costo degli indidente e responsabilità civile. Analisi economico-giuridica). In: CAPELETTI, Mauro. *Studi di diritto comparato*. Milano: Giuffrè, 1975.

ROSSI, Rita. Il danno morale. In: CENDON, Paolo. *Tratatto dei nuovi danni*. Danni in generale, integrità física e psichica, critério del risarcimento. Padova: Cedam, 2011.

SACCO, Rodolfo. *L'arricchimento Ottenuto mediante fatto ingiusto*: contributo ala teoria dela responsabilità extracontrattuale. Torino/Itália: Unione Tipografico-editrice Torinese, 1959. 238p.

SAGNA, Alberto. *Il risarcimento del dano nella responsabilità precontrattuale*. Milano: Giuffrè, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1988.

SAVI, Sérgio. *Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa*. O lucro da intervenção. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SEJÉAN, Michel. The disgorgement of illicit profits in french law. In: HONDIUS, Ewoud; JANSSEN, André (org.). *Disgorgement of profits: gain based remedies throughout the World*. Suíça: Springer, 2015.

SILVA, Rodrigo da Guia. *Enriquecimetnos sem causa: as obrigações restitutórias no direito civil*. São Paulo: RT, 2018.

STOCO, Rui. *Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. 8. ed. São Paulo: RT, 2011.

TEPEDINO, Gustavo. *Direito civil contemporâneo*. Novos problemas à luz da legalidade constitucional. São Paulo: Atlas, 2008.

TEPEDINO, Gustavo. Notas sobre o nexo de causalidade. *Revista Trimestral de Direito Civil – RTDC*, Rio de Janeiro, Padma, v. 6, 2001.

TEPEDINO, Gustavo. O futuro da responsabilidade civil. In: TEPEDINO, Gustavo (org.). *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. t. III.

TEPEDINO, Gustavo. Premissas metodológicas para a constitucionalização do direito civil. In: TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. As penas privadas no direito brasileiro. In: SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flavio (org.). *Direitos fundamentais: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 499-525.

TERRA, Aline de Miranda Valverde. Privação de uso: dano ou enriquecimento por intervenção. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Progama de Pos-Graduação *Strictu Sensu* em Ciência Jurídica da Univali de Itajai, v. 9, n. 3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univeali.br/direitoepolitica. Acesso em: 10 dez. 2018.

THIENE, Arianna. *Nuovi percorsi della responsabilità civile. Della condotta allo status*. (Racolta da Guido ALPA e Paolo Zatti). Padova: Cedam, 2006.

TRIMARCHI, Pietro. *L'arricchimento senza causa*. Volume 13 de Studi di diritto privato. Volume 13 de Università degli studi di Milano: Facolta di Giurisprudenza. Milano/Itália: Giuffrè, 1962. 172 p.

TOBIA, Helms. Disgorgement of profits in German Law. In: HONDIUS, Ewoud; JANSSEN, André (org.). *Disgorgment of profits: gain-based remedies throughout the World*. Springer, Cham, p. 471-516, 2015.

TUNC, André. *La responsabilité civile*. 2. ed. Paris: Economica, 1989.

VIEIRA GOMES, Júlio Manuel. *O conceito de enriquecimento, o enriquecimento forçado e os vários paradigmas do enriquecimento sem causa*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1998.

VINEY, Geneviève. As tendências atuais do direito da responsabilidade civil. In: VINEY, Geneviève; JORDAIN, Patrice. *Traité de droit civil: les conditions de la responsabilité*. 2. ed. Paris: LGDJ, 2001.

VINEY, Geneviève. As tendências atuais do direito da responsabilidade civil. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). *Direito civil contemporâneo*. Novos paradigmas à luz da legalidade constitucional. São Paulo: Atlas, 2008.

VISINTINI, Giovanna. *Trattato breve della responsabilità civile*. 2. ed. Padova: Cedam, 1999.

WATTERSON, Stephen. Gain-based remedies for civil wrongs in England and Wales. In: HONDIUS, Ewoud; JANSSEN, André (org.). *Disgorgment of profits: gain-based remedies throughout the World*. Springer, Cham, p. 29-70, 2015.

ZANNONI, Eduardo Antonio. *El daño en la responsabilidad civil*. 2. ed. Buenos Aires: Ástrea, 1993.